

## RESUMO

Aponta dados históricos sobre a biblioteca escolar no Brasil Colônia. Tem como marco inaugural a educação dos jesuítas, sua dimensão política e religiosa e como marco finalizador a instauração das Aulas Régias, a expulsão dos jesuítas e o fechamento de seus colégios e bibliotecas. Com base em revisão de literatura relata o surgimento das primeiras bibliotecas nos colégios, sua relação com a catequese e a educação dos índios e colonos; a formação de seus acervos e a importância do material didático produzido pelos padres e sua influência na educação mesmo após a expulsão da ordem, em 1759, pelo Marquês Pombal.

**Palavras-chave:** História da biblioteca escolar (Brasil). Biblioteca escolar no Brasil. Educação jesuíta (Brasil). Educação e Biblioteca no Brasil Colônia.

## ABSTRACT

Points a historical data about the school library in Brazil. The inaugural landmark is the Jesuits education. The political and religious dimension and as the finalizing march the establishment of royal classes, the expulsion of the jesuits and the closure of their colleges and libraries. Based on a literature review, it reports the emergence of the first libraries in schools, their relationship with catechesis and the education of indians and colonists; the formation of their collections and the importance of the didactic material produced by the priests and their influence on education even after the expulsion of the order in 1759, by Marques Pombal.

**Keywords:** History of the school library (Brazil). School library in Brazil. Jesuit education (Brazil). Education and library in Brazil Colonia.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o propósito de relatar a trajetória da biblioteca escolar durante o período colonial brasileiro. Busca-se articular as categorias escola, biblioteca e aprendizagem com o campo econômico, político e cultural.

A pesquisa revela um quadro social em que a biblioteca escolar ora era acionada a participar do processo de ensino, conforme ocorreu no período jesuítico, ora é esquecida pelo

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense  
Dissertação de mestrado: Biblioteca Escolar e Regime de Informação: a Lei n.º 12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários. Orientadora: Prof. Dra. Elisabete Gonçalves de Souza

<sup>2</sup> Universidad de Salamanca: Salamanca, Castilla y León, ES. <https://orcid.org/0000-0001-5084-3936>

<sup>3</sup> Universidade Federal Fluminense, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9707-6017>

estado colonial, tal como ocorreu com a instauração da Reforma de Pombalina. Esse quadro se repetirá outras vezes na história do Brasil, porque para que a biblioteca se consolide como um direito seu canal precursor é a escola, sem ela a biblioteca não existe, e muitas vezes, a educação pública não foi a pauta dos governos, cuja ação escolar nesses 520 anos de história valeu-se do oferecimento de uma educação funcional, sem muito se preocupar com o desenvolvimento de temas como livros, leitura, cultura, bibliotecas.

Segundo González de Gomez (2000, p. 3-6) as bibliotecas em geral expressam “modos organizacionais de regulamentação/estabilização de práticas discursivas e informacionais”. A a biblioteca dos jesuítas não foi diferente. Seus livros tinham derencia como o modo informacional dominante: educar para colonizar, sendo a escola parte da empresa colonizadora.

O objetivo é traçar um panorama da biblioteca escolar no Brasil Colônia, tendo como marco inaugural a educação dos jesuítas, sua dimensão política e religiosa e como marco finalizador, a instauração das Aulas Régias, a educação laica, a expulsão dos jesuítas e o fechamento de seus colégios e de suas bibliotecas.

Apesar de usamos a denominação de “biblioteca escolar” cabe ressaltar que nesse período a concepção de biblioteca, era bem diferente da que temos hoje. Conforme Oliveira (2019), a biblioteca era um elemento exógeno dentro dos colégios religiosos, já que os alunos não tinham acesso aos livros, apenas aos manuais.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória que, conforme Gil (2008) adverte, tem seu objetivo condicionado pelo seu caminho investigativo pautado na análise bibliográfica. Dessa forma, por meio da revisão de literatura procurou-se desenvolver análises que relacionassem a problemática da biblioteca escolar nas perspectivas educacional, política e informacional, tendo como instrumento analítico o conceito de Regime de Informação. Segundo González de Gomez (2008), o conceito pode servir como instrumento analítico quando objetivamos “[...] a reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturas preferenciais das relações de poder” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2008, p.2).

### *Educação e biblioteca na escola jesuítica*

As primeiras instituições a constituírem bibliotecas no Brasil Colônia foram a Companhia de Jesus, a Ordem dos Frades Menores, a Ordem de São Bento, a Ordem Carmelita e, posteriormente, a Congregação do Oratório. Mas, dentre estas, as bibliotecas dos jesuítas é a que mais se destacou por conta da relação política entre a Igreja Católica e a Coroa Portuguesa por meio por meio do Padroado Régio<sup>4</sup>.

A Companhia chegou ao Brasil em 1549, acompanhando o segundo governador-geral Tomé de Souza. Eram apenas seis religiosos, cujo superior era o padre Manoel da Nóbrega (1517-1570). Nos dois séculos seguintes, a Companhia de Jesus estaria presente em todo o Brasil,

---

<sup>4</sup> O Padroado Português foi um acordo instituído entre a Santa Sé e Portugal em que o Papa delegava ao Rei de Portugal o exclusivo da organização e financiamento de todas as atividades religiosas nos domínios e nas terras descobertas. “No caso dos jesuítas, eles forneceram as bases ideológicas necessárias para a dominação política dos colonizadores, pois, em decorrência do padroado, não havia separação entre o Estado e a Igreja Católica em Portugal” (BITTAR; FERREIRA JÚNIOR, 2006, p. 2)

formando a Província do Brasil e a Vice-Província do Maranhão e Grão-Pará. (RODRIGUES, 2011).

A responsabilidade dos jesuítas era catequizar os índios e trazer instrução aos colonos, sendo suas ações o marco sob o qual se compreende a constituição da escola no Brasil e daquilo que mais tarde seria considerado os primórdios da história da biblioteca escolar brasileira.

Os jesuítas aportaram no Brasil trazendo nas malas pequenos acervos que não atendiam as demandas do trabalho pedagógico que iniciariam, o que os obrigou a terem que fazer cópias das cartilhas para poderem ensinar as primeiras letras aos colonos e catequizar os índios. Para resolver o problema, pedem a Portugal material de apoio para seus ensinos e este providenciou: breviários, bíblias, livros litúrgicos, obras teológicas, que se misturavam aos textos didáticos. Ao lado desse material havia também livros de “nível universitário” e outros “materiais essenciais aos estudos de humanidades” (MORAES, 2006, p.10).

É dessa maneira que se inicia o processo de formação das bibliotecas dos colégios jesuíticos, denominadas por Serafim Leite de livrarias. Segundo o autor, assim que iniciavam sua obra, a catequese dos índios e o ensino e a educação dos colonos, os jesuítas procuravam instalar livrarias em todos os seus estabelecimentos. "Não havia aldeia, por mais recuada que fosse à profundidade dos sertões e rios, que a não iluminasse ao menos uma estante de livros" (LEITE, 2004 apud RODRIGUES, 2011, p.278).

A biblioteca Colégio da Bahia, primeira instituição de ensino dos jesuítas no Brasil criada em 1549, tem sua origem nos livros trazidos por Nóbrega. Já a do Colégio do Maranhão recebeu, no seu início, livros trazidos de Portugal pelo padre Vieira (RODRIGUES, 2011). Na falta de livros os padres produziam os próprios textos. O padre José de Anchieta, durante suas atividades no Colégio de São Paulo de Piratininga, escreveu apontamentos que foram distribuídos aos alunos posteriormente, foi colocada em prática a elaboração de cartapácios, espécie de apostilas que era elaborada pelos padres e distribuída aos estudantes. (SLVA, 2008). Outra estratégia usada pelos jesuítas para adquirir livros na própria colônia era a comprá-los das pessoas que voltavam da Metrópole. Conforme relata Rodrigues (2011, p.283) “No Pará, em 1720, os jesuítas adquiriam mais de 100 volumes, por 600\$000 réis, do ouvidor-geral, que voltava para Lisboa”.

A ampliação das bibliotecas dos jesuítas também se deu através da doação de livros por parte de membros da elite colonial. Rodrigues (2011, p. 283) cita alguns exemplos: “O bispo D. Pedro Leitão legou ao Colégio da Bahia a sua biblioteca [...] o padre Bartolomeu Simões Pereira, além dos livros que já tinha doado ao colégio, ao morrer, deixou-lhe também metade da sua biblioteca”.

Em termos conceituais, as bibliotecas escolares nesse primeiro momento podem ser definidas como “as bibliotecas dos religiosos”. Os alunos não tinham acesso direto ao acervo, tudo que lhes chegava era pelo intermédio daqueles que ensinavam. “Esses os acervos tornaram-se de uso particular dos jesuítas, pois ninguém mais se interessava em lê-los, uma vez que mais de 80% da população era analfabeta, inclusive o próprio colonizador.” (VALIO, 1990, p.15).

Silva (2008) e Rodrigues (2011), contudo, relatam-nos que em alguns Colégios o empréstimo era adotado, embora de forma controlada para evitar a dispersão das obras. Eram emprestados apenas livros de caráter devocional ou catecismos, mas também outros que tratavam de "coisa do espírito". Havia também empréstimos às pessoas que exerciam profissões de interesse da população. (LEITE, 2004 apud RODRIGUES, 2011, p. 227).

Segundo Silva (2008), as principais bibliotecas eram as dos colégios, por meio delas os clérigos abasteciam as residências, como aconteceu na Bahia. Isso ocorria porque muitos padres

eram também professores particulares, por isso, “[...] para haver maior controle, foi determinado em 1587 que, quando morresse um padre em alguma residência, fossem inventariados os livros que estivessem em seu poder”. (SILVA, 2008, p. 221), cabendo ao governo Provincial decidir se os mesmos deveriam permanecer na residência, ou serem recolhidos para a livraria do colégio (RODRIGUES, 2011).

Pro volta do século XVII, com desenvolvimento da instrução na Colônia, grupos sociais ligados a aristocracia provincial, começam a ter acesso aos livros, já que tinham direito e recursos para importá-los da Europa. Leite (1949) identifica esse público como filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de oficiais mecânicos, entre outros grupos sociais com condições de manter os estudos.

Os negros, escravos, não eram considerados pessoas, mas sim mercadoria. Não tinham acesso à instrução; os índios, quando sob cuidado dos padres nas reduções jesuíticas, eram alfabetizados e aculturados por meio da catequese. Fora desse espaço eram caçados e escravizados também.

[...] os brancos, portugueses, filhos da elite, eram alvo de uma educação formal, longa e diversificada, preparatória para o poder e/ou para a vida eclesiástica. [...] Outros portugueses, pertencentes aos segmentos restritos das classes populares, tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar; [...] para os índios e mestiços, a educação era ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas. A estes ensinava-se, precariamente, o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã, além de ofícios e tarefas servis que, naquele tempo, por serem consideradas desonrosas, não podiam ser executadas pelos brancos; [...] os colonizadores desenvolveram, também, pedagogias para tratar da educação/evangelização dos escravos. (CASIMIRO, 2007 apud SILVA; AMORIM, 2017, p.192).

Essas questões sociais revelam as marcas de classe da educação colonial: aos pobres a alfabetização, para aprender a língua do colonizador; para os filhos das elites uma educação formal, mais longa que se estendia até o secundário podendo chegar aos estudos superiores. Além educar a pedagogia jesuítica tinha como objetivo a propagação dos valores sociais e morais da sociedade cristã europeia. No caso dos colonos leitura e a escrita eram recursos funcionais para tocar a vida, e só os filhos dos senhores de terra tinham o privilégio de avançar nos estudos superiores, realizados na Metrópole.

Oliveira (2019, p.39) ao pesquisar a relação entre educação e regime de informação assinala que “[...] o contexto de criação das bibliotecas escolares no Brasil foi cortado por linhas de interesse e marcado por divisões nas classes sociais”. Isso mostra-nos que a investigação sobre a institucionalização da escola e de suas bibliotecas não pode ser feita sem relacioná-las a algumas variáveis como: “[...] a forma como se estrutura o sistema educacional e relação que este mantém com a economia, a cultura e o sistema político.” (ROMANELLI, 2012, p.14).

Na perceptiva analítica pautada no conceito de Regime de informação, pode-se dizer que a relação entre os jesuítas e a Coroa Portuguesa no campo da educação, assim como sua pedagogia e recursos didáticos utilizados, como livros, cartilhas e bibliotecas, demonstram o modo informacional predominante no sentido de que define “[...] quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação [...]”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p.43).

*As Aulas Régias: o fim dos colégios e das bibliotecas*

O estabelecimento das bibliotecas escolares sofreu interrupção com a expulsão dos jesuítas e com a implantação da Reforma educacional de 1759, conhecida com Reforma Pombalina (1759-1822).

As causas da expulsão dos jesuítas foram políticas e ideológicas, devido à Companhia de Jesus tornar-se um empecilho aos interesses do Estado Colonial, além de ser detentora de grande poder econômico, o que era cobiçado pela Coroa portuguesa. Outra questão era de ordem educacional: o iluminismo e os princípios liberais exigiam a formação de um novo homem: o homem burguês, o comerciante, e não mais o homem cristão (OLIVEIRA, 2019, p. 40).

Com a expulsão dos jesuítas extinguiu-se o único sistema de ensino da Colônia e isso incitou a Portugal tomar medidas para fechar todos os colégios ficando suas bibliotecas abandonadas.

É importante destacar que a reforma pombalina no Brasil não foi implementada no mesmo momento e da mesma forma que em Portugal. Levaram-se quase trinta anos para o Estado português assumir o controle pedagógico da educação na Colônia. Só por volta de 1788 é que ocorre a nomeação do Diretor Geral dos Estudos que deveria, em nome do Rei, nomear professores e fiscalizar as Aulas Régias. Estas constituíam-se de aulas autônomas e isoladas, com professor único e uma cadeira/disciplina não se articulava com as outras.

A opção pelas Aulas Régia surge inspirada nos ideais do Iluminismo, na defesa da laicidade da educação, como o objetivo de romper com a perspectiva religiosa predominante na educação jesuítica. No entanto, o novo sistema não impediu a continuação do oferecimento de estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas que não a dos jesuítas, como Oratorianos, Franciscanos e Carmelitas (SECO; AMARAL, 2006).

Em termos históricos a implantação das Aulas Régias substituiu o ensino religioso ministrado pelos jesuítas constituiu-se como a primeira experiência de ensino promovida pelo Estado Colonial. Um sistema de ensino frágil que servia a poucos, em sua maioria, filhos das elites coloniais. (SECO; AMARAL, 2006). Sua organização não exigia a construção física de escolas, pois as aulas eram oferecidas na casa do professor. Para Seco e Amaral (2018, p. 6) em termos de sistematização do ensino houve um retrocesso, pois, “[...] em lugar de um sistema mais ou menos unificado, baseado na seriação dos estudos, o ensino passou a ser disperso e fragmentado, baseado em aulas isoladas que eram ministrados por professores leigos e mal preparados”.

Para Oliveira, (2019, p. 42) “[...] ainda que as Aulas Régias significassem a continuação do ensino no país, não se pode ignorar o prejuízo que as bibliotecas escolares sofreram com a perda dos cuidados dos responsáveis religiosos”. E nesse sentido, Maroto (2012, p. 46) sinaliza que:

A partir de 1759, com as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, de expulsão dos jesuítas da Companhia de Jesus do Brasil, proibição da fundação de novos conventos e da instituição do ensino leigo no país, as bibliotecas foram praticamente relegadas ao abandono em todos os conventos em se que se encontravam instaladas. (MAROTO, 2012, p.46).

A expulsão da Companhia de Jesus e o estabelecimento da educação pelo governo colonial por meio das Aulas Régias, trouxe prejuízos, pois o colégio e a biblioteca como instituições se sucumbiram.

Com a expulsão dos Jesuítas [...] as bibliotecas tiveram seus acervos amontoados em lugares impróprios durante anos, enquanto se procedia aos inventários dos bens e sua destinação final. O destino trágico das bibliotecas e arquivos dos conventos brasileiros foi consumado pelos anos em que se seguiram (SANTOS, 2010, p. 53).

Há registros na literatura que nos 30 anos subsequente a saída dos jesuítas ocorreu um aumento de aulas e bibliotecas particulares. Segundo Moraes (2006), muitas dessas bibliotecas possuíam mais livros do que foi realmente registrado, visto que os filhos da elite colonial, quando voltava de Portugal após completar seus estudos, traziam muitos livros e os guardavam em suas casas sem qualquer registro oficial. Paira sobre essa informação uma dúvida, pois as listas contendo as referências dessas obras não dá total certeza se foram consultadas aqui ou fora do país, mas sabe-se que continham muitos livros. Sobre as livrarias, não existem registros de sua existência até o século XVIII, mas sabe-se que os livros circulavam clandestinamente. (MORAES, 2006).

Ainda sobre a controvérsia dos dados, Moraes (2006) informa-nos que alguns “livreiros” ajudaram o vice-rei na avaliação das bibliotecas dos jesuítas, e que provavelmente uma parte desses acervos tenha sido entregue a eles quando a ordem foi expulsa do Brasil.

Apesar da expulsão a influência dos jesuítas no Brasil não se desfez por completo. Sua pedagogia e obras didáticas continuavam influenciando o ensino elementar como a cartilha “Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar”, publicada em 1722, escrita por Manuel de Andrade de Figueiredo. A obra tinha o objetivo de uniformizar metodologicamente o ensino de leitura, escrita e Aritmética. A educação fundamentada nos manuais de ensino das primeiras letras era importante para que se pudesse, por meio da aprendizagem da escrita, viabilizar a comunicação e o comércio com Portugal. (SOARES, 2019).

Em 1808, com a chegada de D. João IV e da família real, a instalação da Biblioteca Real, da Tipografia Régia, somado ao desejo de criar Academias, foram aspectos que favoreceram a retomada da educação no Brasil e a circulação de livros. Vivia-se uma crise pautada pela transição entre o modelo agrário-exportador e o modelo agrário-comercial, sendo esse um momento favorável para a instauração de um sistema educacional sem a interferência religiosa. A Biblioteca Real foi inaugurada em 1811 e dois padres jesuítas foram nomeados como bibliotecários responsáveis pelo acervo. Suas obrigações eram comprar coleções, receber doações e registrar o acervo. Assim, aos poucos os membros da Ordem Jesuíta voltavam ao mundo das letras.

As novas necessidades impostas pelo modelo de governança joanino, que exigia a formação quadros para a burocracia do Reino, levou o rei a liberar a Tipografia Régia para a impressão de livros de apoio ao ensino, pois as tipografias e livrarias eram proibidas na Colônia. Com essa solução, os alunos que ingressavam nas Academias não ficavam sem livros para seus estudos. Além da documentação oficial do Reino a da publicação de livros didáticos de ciências exatas, medicina, história natural, filosofia etc. a Tipografia Régia também produziu obras literárias: peças teatrais (óperas, dramas), poesias, folheto de cordel, novelas e romances. (MORAES, 2006).

No âmbito do ensino elementar a situação só melhorou com a Independência (1822) e a Constituição de 1824, e a garantia de expansão do ensino primário para todas provinciais do reino. No que diz respeito às bibliotecas escolares estas voltam a ser solicitadas apenas no final do XIX como a criação e expansão das escolas normais e ginásios. A primeira a ser criada foi a “a Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos, São Paulo, inaugurada em 30 de junho de 1880

e, só anos depois, em 16 de junho de 1894, inaugura-se a Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital.” (VALIO, 1990, p.18).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o tempo em que os jesuítas atuaram no Brasil, dedicaram-se a educar e evangelizar os colonos e índios, através de atividades catequéticas e missões, como também os filhos dos colonos com o objetivo de ampliar seus próprios quadros missionários e formar os quadros da administração colonial.

Ao longo desse artigo buscou-se caracterizar, a partir dos contextos históricos, o que significou a biblioteca escolar e como ela foi se constituindo desde a sua primeira instalação nos colégios jesuíticos até sucumbirem junto com as Aulas Régias. Observa-se que em cada um desses momentos históricos havia um regime de informação diferente, que se resignificava de acordo com as relações de força que se instauravam (novos atores sociais que ascendiam, outros que declinam); novas agências eram criadas para atender aos propósitos da empresa colonial.

Mesmo com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias em 1759, a influência desses religiosos no Brasil não se desfez por completo e permaneceu aqui por meio de sua pedagogia e das obras destinadas ao ensino elementar como a cartilha “Nova escola para ler, escrever e contar”, que continuou sendo usada pelos clérigos que conseguiram autorização da Metrópole para continuar a lecionar, havendo inclusive registros de que essa cartilha foi utilizada até o século XIX.

#### REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. "O Estado da Arte em História da Educação Colonial". In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Demerval e NASCIMNETO, Isabel Moura (Org). **Navegando pela História da Educação Brasileira**, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Nélida. *Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação*. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação - v.1 n.6 dez/2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Regime de Informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 4360, set./dez.2012.

LEITE, S. I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: INL, 1949. T. VII.

MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

OLIVEIRA, Debora S. de. **Biblioteca escolar e regime de informação: a lei n. ° 12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As “livrarias” dos Jesuítas no Brasil Colonial, segundo os documentos do Archivum Romano Societatis Iesu **Cauriensia: revista anual de Ciências Eclesiásticas**, [São Leopoldo, RS] Vol. VI, p.275-302, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 2006.

SILVA, Luiz Antonio Gonçalves. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite, **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 219-237, ago. 2008.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185-196, dez. 2017.

SOARES, Flávia dos Santos. A Aritmética da “Nova Escola para ler, escrever e contar” **Zetetiké**, Campinas, SP, v.27, p.1-25 2019.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**:15-24, jan./abr.1990.